

O AMIGO DO POVO



Preço: R\$1,00

Jornal das Lutas Populares e da Revolução Social

ANO III | Nº 8 | oamigodopovo@inventati.org | www.oamigodopovo.noblogs.org | Brasil central, Fev/Mar/Abril de 2024

As eleições municipais e o oportunismo dos partidos

Érico

Na toa da polarização eleitoral que caracterizou a última disputa para a presidência da república, Bolsonaro (PL) e Lula (PT) se fazem cabos eleitorais para fortalecer seus apoios em capitais e regiões metropolitanas. Como parte do sistema eleitoral da democracia burguesa, o cinismo inerente a quem disputa este sistema é demonstrado nas alianças de quem se fará carrasco dos trabalhadores, inclusive, e não poderia ser diferente, a esquerda institucional.

É o caso recente da aliança entre Boulos (PSOL) e Marta Suplicy (de volta ao PT), que compunha o alto escalão da gestão de Ricardo Nunes (MDB) na prefeitura de São Paulo. PSOL e PT demonstram cada vez mais sólida aliança, e apostam tudo no retorno às prefeituras. Outros exemplos podem ser dados, como no caso de políticos de partidos direitistas que compõem a base do governo Lula, mas deixam seus partidos para se filiarem aos

de centro-esquerda e esquerda, com o intuito de se aproximarem do presidente. É o caso de Yves Ribeiro (ex-MDB) em Pernambuco, que deixou o partido para filiar-se ao PT, numa articulação conduzida por Carlos Veras (PT), deputado federal pelo Pernambuco.

Sem novidades, a prática das esquerdas,

enfraquece movimentos e demandas sociais urgentes. Enquanto isto, problemas locais (e nacionais) básicos como a precarização do trabalho, educação, moradia, saúde, mobilidade, se arrastam, sem parecer invocar à luta real, tais lideranças e partidos.

As alianças e interesses próprios dos partidos e políticos nas eleições municipais servem para manter e perpetuar a dominação

sobre a exploração dos trabalhadores, enquanto as elites econômicas e políticas se aproveitam dos novos capatazes do sistema para enriquecer e crescer sobre e às custas do povo.

Nossa urgente necessidade é a reorganização da classe trabalhadora e dos desfavorecidos em torno das questões reais e cotidianas, que nos levem a independência

de classe, a unidade das lutas, especialmente em torno das camadas precarizadas do povo, saltando os divisionismos e a confiança na provisão das instituições políticas e de Estado, esta que nunca virá para nós! ■



dos partidos eleitorais, é a mobilização de nomes, representantes e lideranças políticas para energizarem a disputa pelas cadeiras de vereadores e prefeitos nos municípios. A reconquista eleitoral chantageia e

LIÇÕES DA ARGENTINA: DA VITÓRIA ELEITORAL DA EXTREMA-DIREITA À MOBILIZAÇÃO OPERÁRIA E POPULAR

No dia 24 de janeiro de 2024 os trabalhadores argentinos realizaram uma grande paralisação nacional contra a retirada de seus direitos, em especial contra o Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) nº 70/2023 e contra o projeto de lei chamado “Lei Omnibus”. Ambos foram apresentados em dezembro de 2023, no início do governo do ultraliberal Javier Milei.

Milei busca uma maior liberdade de mercado e concentração de poderes do Estado, em benefício da grande burguesia e as

custas do aumento da exploração econômica, pobreza e repressão das massas populares.

Os protestos desde dezembro do ano passado, e intensificados com a paralisação de 24 de janeiro, vem sendo duramente reprimidos, com presos e feridos. No entanto, já existe uma vitória parcial da pressão popular: o governo não conseguiu aprovar a “Lei Omnibus” no parlamento. A luta deve seguir!

Diferente do medo usado no Brasil pra paralisar os trabalhadores durante o governo Bolsonaro, e depois pra justificar as alianças

espúrias entre a esquerda e a direita para “tirar Bolsonaro”, na Argentina os trabalhadores tem demonstrado que é possível lutar sob qualquer governo burguês.

A esquerda reformista argentina também quer diminuir a luta e subordiná-la aos políticos. Seria um desastre, como foi no Brasil. O caminho para os povos na América Latina é: organização das bases, ação direta e reivindicações populares! ■



VIVAM OS 2 ANOS DO AMIGO DO POVO! REFERÊNCIAS HISTÓRICAS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Antônio Galego

No mês de março de 2022 foi lançada a primeira edição do jornal O Amigo do Povo. A edição trazia em sua capa uma apresentação dos ideais e objetivos que o jornal se propunha a servir e as tradições políticas que nos referenciamos. A distribuição iniciou nas periferias de Brasília, Goiânia, cidades do interior de Goiás e Mato Grosso do Sul, por militantes insatisfeitos com os rumos da esquerda e dos movimentos.

O nome do jornal foi escolhido a princípio por influência de um outro jornal anarquista revolucionário espanhol, “*El Amigo del Pueblo*”, editado pela organização Amigos de Durruti, marcado por suas polêmicas ácidas em defesa do poder proletário e contra as capitulações reformistas da CNT-FAI na guerra civil espanhola (1936-1939).

Por sua vez, no jornal espanhol eles justificavam o nome em homenagem ao jornal “*L’Ami du peuple*”, lançado em 1789 na revolução francesa por Jean-Paul Marat, que teve como marca a defesa dos setores populares no processo revolucionário. Em uma edição de 19 de março de 1793, Marat escreveu: “*Fortemente convencido da perversidade absoluta dos partidários do antigo regime e dos inimigos da liberdade, senti que nada lhes podia ser obtido a não ser pela força. Revolta por suas tentativas, por suas tramas sempre recorrentes, percebi que não haveria fim neles, exceto exterminando os culpados. Indignado ao ver os representantes da nação unidos aos seus inimigos mais mortais e às leis que servem apenas para tiranizar os inocentes que eles deveriam ter protegido, lembrei ao povo soberano que eles não tinham mais o que esperar de seus representantes, convoquei-os a fazer justiça por si mesmos.*” Que grande referência! Como seria bom se a ouvíssemos e aprendêssemos algo com ela.

Investigando, descobrimos também a publicação em 1902 de um jornal anarquista operário no Brasil denominado O Amigo do Povo. Seu líder era o português Neno Vasco. A militância de Neno e o seu jornal foram importantes para fortalecer a organização e uma direção revolucionária para a luta do proletariado no início do século XX.

As reflexões de Neno já advertiam para problemas que ainda hoje o anarquismo e outros revolucionários sofrem: “*O anarquismo, apartado do movimento operário, entrou de definhando, de se consumir num criticismo estéril e impotente, de se dividir em pequenas capelas, com infiltrações de individualismo burguês*



ou de misticismo, divagações metafísicas e torneios intelectuais de diletantes e de esnobes.” Afirmou também a importância da organização das massas populares para além das minorias revolucionárias: “*Os anarquistas, fiéis às ideias da Internacional bakuninista, sempre trabalharam (...) na reunião de elementos orgânicos e de materiais de reconstrução, que não poderiam limitar-se às forças da minoria revolucionária de iniciativa e combate.*”

Essas três referências marcam contextos bem diferentes no século XVIII, XIX e XX, aonde o nome “Amigo do Povo” foi usado para defender uma estratégia classista-revolucionária contra as cooptações burguesas e pela libertação popular. Elas ilustram o peso da herança que carregamos com orgulho no século XXI.

Mas o nosso jornal surge num momento de crise e defensiva do proletariado. Nosso papel é reagrupar camaradas e grupos que seguem fiéis a uma linha revolucionária de ir ao povo e reorganizá-lo para as lutas que virão. Reunir aqueles que veem a crise geral da “esquerda”, que pretendem verdadeiramente renunciar aos vícios esquerdistas e construir uma nova estratégia socialista revolucionária junto às massas.

De 2022 pra cá houve um grande amadurecimento sobre o potencial e os limites do jornal. Realizamos campanhas, debates, formações, articulações com outros grupos. Conseguimos o apoio de muitos camaradas escrevendo textos (de notícias, análises, etc.) e uma distribuição que atinge quase todas as regiões.

Tem sido um recomeço. Mas existem limites, um deles é material (financeiro e de pessoas) e outro dos potenciais políticos. Esse último é o principal. Não entraremos em detalhe. Mas um jornal não basta por si mesmo. A propaganda é incapaz e se perde sem um projeto organizativo que lhe sirva para materializar suas ideias e análises. A luta de classes é uma guerra, exige soldados e exércitos em luta. O futuro exige um passo a mais. ■

O DIA EM QUE O MORRO DESCER E NÃO FOR CARNAVAL

Um samba de Wilson das Neves e Paulo César Pinheiro

“ O dia em que o morro descer e não for carnaval ninguém vai ficar pra assistir o desfile final na entrada rajada de fogos pra quem nunca viu vai ser de escopeta, metralha, granada e fuzil (é a guerra civil)

No dia em que o morro descer e não for carnaval não vai nem dar tempo de ter o ensaio geral e cada uma ala da escola será uma quadrilha a evolução já vai ser de guerrilha e a alegoria um tremendo arsenal o tema do enredo vai ser a cidade partida no dia em que o couro comer na avenida se o morro descer e não for carnaval

O povo virá de cortiço, alagado e favela mostrando a miséria sobre a passarela sem a fantasia que sai no jornal vai ser uma única escola, uma só bateria quem vai ser jurado? Ninguém gostaria que desfile assim não vai ter nada igual

Não tem órgão oficial, nem governo, nem Liga nem autoridade que compre essa briga ninguém sabe a força desse pessoal melhor é o Poder devolver à esse povo a alegria senão todo mundo vai sambar no dia em que o morro descer e não for carnaval.

A CRISE NO PCB COMO REFLEXO DA CRISE DA ESQUERDA

Editora Grito do Povo

As vezes, somente é possível ver o real conteúdo de uma organização quando a crise se instaura. Desde 2023 o PCB passa por um momento crítico, centenas de desfiliações de norte a sul, que confluem na tentativa de fundação de um novo Partido, o Partido Comunista Brasileiro - Reconstrução Revolucionária.

Nos últimos anos houve uma enxurrada de cisões na esquerda brasileira, do campo marxista ao anarquista. A diferença do recente racha foi o alto grau de exposição pública nas redes sociais que expôs a fragilidade interna do partidão. Se no curso das lutas, o PCB conseguiu projetar uma imagem forte e disciplinada, a crise veio mostrar o contrário, um partido frágil, engessado pelo burocratismo e liberalizado pelo identitarismo *p r e t e n s a m e n t e* “revolucionário”.

Mundialmente, há uma crise na esquerda que tem como fatores conexos, a incapacidade em se adaptar ao novo estágio capitalista e a incapacidade de se criar novas estratégias capazes de mobilizar o povo para além das camadas médias progressistas dos centros urbanos. Se antes da reestruturação produtiva, na década de 70, o foco e força dos socialistas estava na mobilização das massas da cidade e do campo, as décadas seguintes foram marcadas pela incapacidade de penetrá-las. No Brasil nos deparamos com essa transição somente na década de 80, pouco a pouco as ofertas de vagas migraram da indústria para o setor de serviços, a permanência nos empregos se tornou breve e os locais de trabalho passaram a concentrar cada vez menos trabalhadores. Não por coincidência, o período ficou marcado como o último de inserção da esquerda nos movimentos de massa.

Mas como isso influencia diretamente o caso do PCB e outros? Imagine, hipoteticamente, um país onde exista uma esquerda composta por diversos grupos,

onde todos discursam como defensores do povo, mas estão distantes dele há décadas. Imagine, que esta esquerda vive há mais de duas décadas denunciando ao povo as traições do partido que dirige o país, mas que em todo segundo turno de eleição presidencial declara voto no mesmo. Por fim, imagine, que há uma minoria “radical” que de eleição a eleição denuncia a farsa eleitoral e propaga a necessidade de organização, mas se demonstra incapaz de atrair e mobilizar o povo que tanto “ama”.



Infelizmente, este não é um caso hipotético, mas sim a situação do Brasil, onde a incapacidade de readequação estratégica, frente ao atual estágio capitalista, tornou nula a influência de massas da esquerda. Se no centro do capital os estratos sociais médios são maioria, na periferia do capitalismo o jogo é invertido, aqui não existe efetividade política sem mobilização dos de baixo. Política sem efetividade é viver de performar para esconder a crise.

Uma esquerda sem influência popular está condenada a sucumbir antes mesmo de qualquer racha. O boom de rachas no último período (PCB, PSOL, PSTU, Intersindical, Revolução Brasileira, UNIPA, CAB, entre vários outros), revelam a não readequação estratégica a nova realidade e ocorrem num período conturbado, onde estratégias, teorias e crenças foram postas à prova. O levante de 2013, apesar do seu legado combativo, expôs a incapacidade da esquerda converter revolta popular em saldo organizativo junto ao povo. Partidos e organizações cresceram, mas dentro do

mesmo estrato social, um crescimento rápido e desordenado que gerou um desequilíbrio entre quantidade e qualidade, gerando conflitos internos nos eventos seguintes. Do impeachment de Dilma ao 8 de janeiro, muita pedra rolou no caminho da esquerda, resultando em desmoralização total. A maior greve das últimas décadas, a dos caminhoneiros, parou o Brasil sem participação alguma da esquerda. Os quatro anos de absurdos do governo Bolsonaro mostraram incapacidade da esquerda em pressionar o governo mais incompetente da história. Já na pandemia, enquanto o povo corria e morria atrás de pão, as igrejas, as associações comunitárias e ONGs foram vanguardas indo às ruas e às *c o m u n i d a d e s*, enquanto a esquerda na maior parte do tempo encontrou-se recolhida. Por fim, o retorno do lulismo constatou a incapacidade, de duas décadas, da esquerda não

conseguir apresentar alternativas eleitorais e/ou organizativas frente ao PT, mesmo após vários escândalos de corrupção e prisões envolvendo o partido. Já a ação da militância bolsonarista no 8 de janeiro de 2023 mostrou uma Extrema Direita com mais disposição de enfrentamento, e com menos apreço à democracia burguesa, do que a esquerda.

A esquerda encontra-se desacreditada pelo povo, de si mesma e da via revolucionária. Nessa crise profunda, não há outra possibilidade de vitória sem ser a criação de estratégias para construir o novo. Não se readequar à nova realidade significa morte em vida, que será precedida por uma série de vacilações seguidas de rupturas. Hoje os Revolucionários têm somente uma tarefa: a criação de novas estratégias para penetrar no seio das massas e assim organizá-las para enfrentar a violência do estado, capital e da extrema direita. Mas é necessário imprescindível abandonar os vícios esquerdistas. ■

A CONTINUAÇÃO DO CONFLITO ENTRE MALATESTA E OS PLATAFORMISTAS EM 1930

Antonio Galego

Para defender uma suposta harmonia dentro do “movimento anarquista” muitos até hoje omitem ou minimizam profundas divergências existentes. Uma delas é a que surgiu com a publicação da Plataforma Organizacional escrita por Makhno, Arshinov, Ida Mett e outros em 1926. A Plataforma estabelecia bases para a reorganização do anarquismo revolucionário. Suas ideias receberam uma forte oposição de setores anarco-comunistas, entre eles Errico Malatesta.

No Brasil existe o mito de que um erro de tradução na correspondência Makhno-Malatesta teria gerado um “mal-entendido”. Outro mito é que posteriormente Malatesta teria se reconciliado com os plataformistas. Ambos são falsos. O foco aqui é analisar a correspondência que Malatesta realizou posteriormente com plataformistas franceses, às vésperas do

congresso da União Anarquista Comunista Revolucionária (UACR) em 1930.

O diálogo entre Malatesta e o grupo plataformista francês

Vamos a principal “prova” da reconciliação: a carta de Malatesta de 10 julho de 1930 endereçada a um grupo local da UACR (Grupo do 18º distrito de Paris). Já na observação introdutória do órgão que publicou a carta, *Studi sociali*, este diz claramente: “Com esta carta Malatesta reconfirma a sua opinião sobre o conceito de ‘responsabilidade coletiva’ das organizações”, ou seja, já reconhece que não houve mudança na posição de Malatesta.

Para os seus defensores a prova do entendimento entre as partes estaria nessa passagem de Malatesta: “estou vendo confirmada a minha esperança de que sob diferenças de linguagens se encerra verdadeiramente uma identidade de propósitos”. Na tradução em português desse texto a palavra “encerra” (nasconde, em italiano) está errada, dando um sentido

de “fim” à polêmica, quando ela significa “esconde”, muito menos forte. Mas isso é o de menos.

Logo após essa passagem, Malatesta insiste em negar a ideia de responsabilidade coletiva e convencer o grupo a abandonar o conceito: “*porque insistir numa expressão que é contrária ao objetivo de clarificação e que é uma das causas do mal-estar provocado pela “Plataforma”?* Porque



Foto: Nestor Makhno com Ida Mett, Arshinov e outros camaradas não identificados.

não falar como todos os outros, de modo a serem compreendidos e a não criar equívocos? A responsabilidade moral (pois no nosso caso não pode senão tratar-se de responsabilidade moral) é individual pela sua própria natureza”. Ou seja, a concordância anterior era apenas um artifício retórico.

A resposta do grupo de Paris veio em abril de 1930 com o título “Novamente sobre a responsabilidade coletiva”. No início o grupo reconhece que Malatesta tenha concordado com a “ideia”, apesar de recusar a “expressão”. Mas, como veremos, também se utilizam de retórica. Logo depois o grupo faz uma explicação do conceito defendido por eles, e interrogam as intenções de Malatesta: “*Mas já que ele se declara satisfeito com o nosso conceito organizacional, por que persiste em nos taxar com linguagem imprópria?*”.

Em relação a explicação “individual” e “moral” dada por Malatesta, o grupo mantém a polêmica:

“*Malatesta diz-nos: a responsabilidade moral é de natureza individual; se alguém*

não cumprir os seus compromissos e, como resultado, causar o fracasso de um negócio, ele é o único responsável por isso e não a coletividade. Concordamos plenamente. Mas este raciocínio, correto em teoria, tem deficiências na prática. Na verdade, cada membro de uma organização que atua em seu nome compromete toda a organização. Basta que ele seja enviado pela organização para que suas palavras e ações adquiram

imediatamente um alcance que supera em muito o do indivíduo. A organização em que atua será sempre responsabilizada, quer ele queira ou não, a menos que se distancie publicamente e como um todo. Em suma, a responsabilidade individual e a responsabilidade coletiva, longe de se excluírem, entrelaçam-se e complementam-se.”

Ou seja, o grupo plataformista mantém intacta a sua posição, e, apesar do aparente “entendimento entre as partes” o grupo finaliza

a carta com um tom provocativo:

“*Não tenhamos medo das palavras; basta explicar claramente a interpretação que lhes damos, para evitar confusões, para que, com razão, contra a tradição, retomemos a nossa fórmula. Uma ação coordenada por elementos confiantes que compreenderam e aceitaram livremente um programa claro e preciso, é isso que o princípio da responsabilidade coletiva implica para nós. E desta vez estamos todos de acordo, não é, camarada Malatesta?*”

A mensagem de Makhno ao Congresso da UACR

Makhno também se pronunciou no mesmo contexto. Em seu texto “Ao Congresso da União Anarquista Comunista Revolucionária” (1930), Makhno se centra quase inteiramente na crítica das posições desorganizadoras dos seguidores de Malatesta, na defesa da responsabilidade coletiva e da unidade tática:

“*É verdade que em suas fileiras [da UACR], como nas do nosso movimento em muitos outros países, há muitos camaradas*

mergulhados no dogmatismo que, em concordância com o panfleto 'Anarquismo e Organização' do nosso velho camarada Errico Malatesta, querem aplicar ideias e táticas inadequadas ao anarquismo revolucionário moderno e proclamar que qualquer membro de uma organização anarquista pode usar as táticas que quiser. Talvez esses camaradas pretendam trabalhar nessa direção durante o congresso e, se esse for o caso, o congresso certamente não alcançará nada de positivo no que diz respeito à retificação de nosso movimento e acabará repetindo velhas ideias..."

Ou seja, tanto Malatesta quanto Makhno buscaram influenciar/disputar o congresso da UACR em 1930. Mas eram linhas diferentes! Mais do que isso, eram rivais.

A linha plataformista foi derrotada nesse congresso.

Makhno e os plataformistas jamais abandonaram o seu projeto, e Malatesta jamais aderiu a esse projeto – algum dos lados ceder seria a única forma real para indicar um “acordo” afinal entre ambos. O que teria ocorrido se, de fato, Malatesta aderisse à Plataforma e convocado a sua construção?! Mas a prática é o critério da verdade, e isso não ocorreu. Aliás, a Plataforma é muito maior do que o debate (importante, mas rebaixado) sobre responsabilidade coletiva.

Aprender com o legado e a mensagem do Plataformismo

Devemos olhar as lutas e experiências do passado e extrair as suas lições.

Numa perspectiva revolucionária a Tese Plataformista está correta e a Tese Malatestiana está errada. Não são iguais, nem parecidas. Reconhecer isso abre a possibilidade de aprender, incorporar e avançar na luta, para além do próprio plataformismo. Omitir é ficar estagnado no pântano das complacências e dogmatismos do “clubinho libertário”. A maioria dos anarquistas está apegada ao dogmatismo libertário. A linguagem vem antes das tarefas revolucionárias; a ideia vem antes da realidade. Ter um espírito anti-dogmático, inovador, corajoso, concreto, é um importante legado do Plataformismo aos socialistas revolucionários do Brasil. ■

Movimentos sociais

GOVERNO LULA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS DOS TRABALHADORES MARGINAIS: ENTRE A COOPTAÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO

Jiren D.

Onovo governo de Lula vem repetindo a sua estratégia de mandatos anteriores de cooptar movimentos sociais para dar uma roupagem popular ao governo. Um exemplo disso foi a entrega da faixa presidencial por uma criança negra, uma indígena, uma mulher catadora e uma pessoa com deficiência. Outro exemplo é a nomeação de Sonia Guajajara como a primeira indígena ministra do Brasil.

No campo dos movimentos sociais, o PT segue com a hegemonia das maiores organizações nacionais, como a CUT, a UNE e o MST. Essas organizações seguem fazendo seu serviço sujo de defender o governo ou se omitindo de lutas importantes, como a greve dos entregadores de aplicativo, a luta contra o arcabouço fiscal e a luta contra o novo ensino médio.

A estratégia dessas organizações é confundir as lutas populares com distrações, como a lutar contra fascistas imaginários, a luta contra taxas de juros, defesa da democracia burguesa ou a construção de narrativas de que essas reformas podem ser benéficas, como a reforma tributária.

Sobre os movimentos sociais dos trabalhadores marginais, como entregadores, catadores, sem tetos e sem terra, a linha é a mesma: colaboração



de classe, negociadas com governos e acordos de cima para baixo. As lideranças desses movimentos são assediadas por parlamentares e pelo governo ou seus braços auxiliares como partidos governistas e ongs e celebridades, e em muitos casos traem lutas e greves sem nenhuma vitória, como aconteceu na greve dos entregadores de app no começo de 2023.

Para os trabalhadores marginais, essa tática é muito mais devastadora, pois, como não existe espaço para atender a todas as demandas corporativistas econômicas, geralmente os trabalhadores saem sem vitória nenhuma. O governo e seus braços atuam cooptando lideranças, oferecendo cargos e visibilidade, como vêm acontecendo com o convite para lideranças nacionais dos Catadores participarem da secretaria do meio ambiente e também do “Conselhão” (Conselho de Desenvolvimento Econômico

Social e Sustentável) do Lula, junto com outras lideranças de movimentos sociais ao lado de várias personalidades e bilionários.

Na prática, essa estratégia cria uma aristocracia mesmo dentro de setores marginais, que desmobiliza lutas contra o governo. Além disso, reforça o modelo burocrático e institucionalizado dos movimentos sociais, que em vez de fazer lutas, priorizam construir bancadas nos congressos, reunir com poderes e fazer audiências públicas inúteis que não trazem nenhuma ou pouca conquista às categorias.

Diante desse contexto catastrófico, onde há carestia de vida, violência policial, ataques neoliberais do governo e pouca luta, é um dever dos anarquistas e revolucionários irem ao povo e fazer o enfrentamento dessa estratégia dos reformistas aos movimentos sociais dos marginais. Para isso, é necessário um trabalho árduo dos revolucionários, construindo movimentos sociais com bases fortes e sem personalismo, guiados pela democracia direta e pela ação direta, ajudando a formar lideranças do povo forjadas na luta revolucionária. Só com a luta das massas é possível sairmos da defensiva e partir para uma ofensiva na luta pelos direitos do povo. ■

A União como Caminho para a Liberdade: O Desafio da Classe Odontológica

André Luiz Martins, cirurgião-dentista em Mato Grosso.

A classe odontológica, assim como tantas outras classes trabalhadoras, tem sido dominada e manipulada pelo sistema opressor que nos governa. O sistema capitalista, baseado na exploração e desigualdade, tem perpetuado a falta de união entre os dentistas, impedindo-os de alcançar um verdadeiro poder coletivo.

Historicamente, a classe dominante tem se beneficiado da fragmentação da classe odontológica, dividindo-os por especializações, hierarquias e concorrências desleais. Enquanto muitos dentistas lutam para sobreviver e atender às necessidades básicas de suas famílias, há aqueles que acumulam riquezas e poder à custa do sofrimento da maioria.

A concentração de poder econômico e político nas mãos de poucos leva à exploração dos dentistas, que se veem presos em condições de trabalho precárias e baixos salários. Sem uma organização unificada e sem uma voz coletiva, a classe

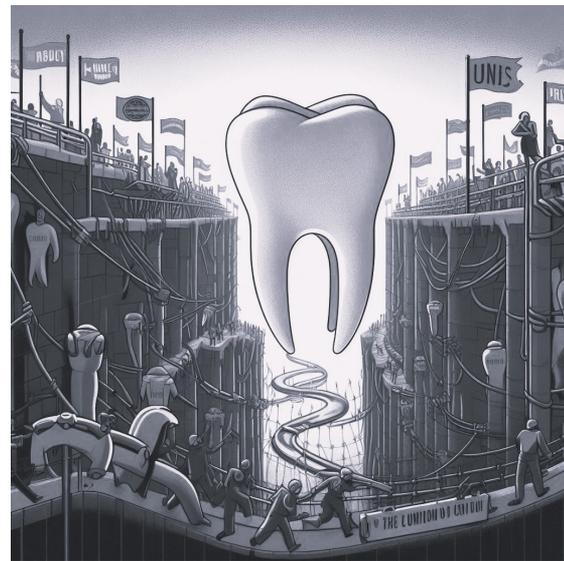
odontológica é constantemente subjugada e marginalizada.

Nossa luta é contra essa falta de união, é o desafio de nos libertarmos das amarras que nos mantêm presos a um sistema opressor. Devemos buscar alternativas ao modelo capitalista, que apenas se preocupa com o lucro individual e coloca o bem-estar da classe trabalhadora em último lugar.

Precisamos nos unir para reivindicar nossos direitos enquanto trabalhadores e exigir condições de trabalho justas e dignas. Devemos nos desafiar a questionar o sistema e criar formas mais justas e igualitárias de organização.

É imprescindível que a classe odontológica perceba que seus interesses estão intrinsecamente ligados à luta de todas as classes trabalhadoras. Somente com a união dos trabalhadores em todas as áreas, podemos desafiar as estruturas de poder existentes e buscar uma sociedade mais livre e igualitária.

O anarquismo oferece uma alternativa



viável ao sistema atual, baseado na autogestão, na solidariedade e na igualdade. Devemos trabalhar juntos para desmontar as estruturas de opressão e construir relações baseadas na cooperação e no apoio mútuo.

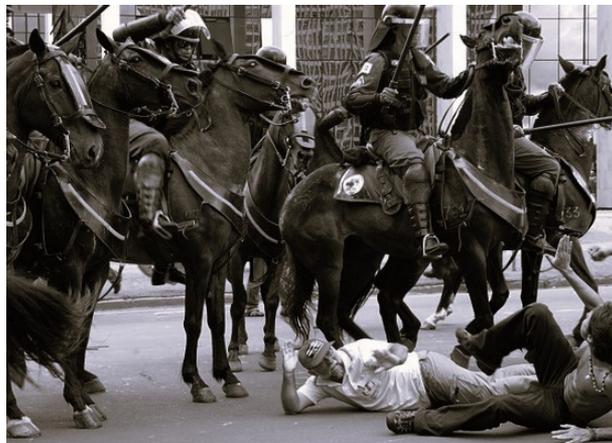
A classe odontológica só poderá alcançar sua verdadeira força quando perceber que somente a união e a luta coletiva podem trazer mudanças significativas. Não podemos mais permitir que o sistema nos divida e enfraqueça. Nós, dentistas, somos parte dessa força de trabalho explorada e é hora de nos unirmos em prol de uma sociedade mais justa e igualitária para todos. ■

LEI ORGÂNICA DAS PMS E PL DO VENENO: RETROCESSOS APROVADOS EM CONLUÍO ENTRE LULISTAS E BOLSONARISTAS

Aurora

As coisas vão melhorar, nenhum retrocesso mais! Essa foi a promessa dos ufanistas da esquerda institucional. Enquanto isso, em apenas um ano do novo (velho?) governo Lula dois projetos que prometem enrijecer o Estado policial e o modelo agroexportador são passados sem grandes ressalvas, e o pior, sem resistência organizada pelos sindicatos, centrais e movimentos, que dizem representar a classe trabalhadora.

O PL 1.459/22, PL do veneno, de autoria do senador Blairo Maggi (PP-MT), conhecido como “rei da soja”, limita o poder dos atuais órgãos de regulamentação (ANVISA, Ibama) para barrar agrotóxicos. O projeto é tão estapafúrdio que abre brecha para aprovação inclusive dos que tenham substâncias cancerígenas em sua composição. A decisão passa agora a ficar restrita apenas ao Ministério da Agricultura, que tem competência para avaliar a permissão dos agrotóxicos baseado unicamente no interesse da agricultura e não da saúde humana e do meio ambiente. A previsão é que se tenha um novo recorde de aprovação de agrotóxicos no Brasil, superando o recorde



anterior, o do Governo Bolsonaro que liberou outros 2.182 “produtos”.

De forma similar, a Lei Orgânica das PMs vem para agradar a bancada da bala e não para reestruturar e restringir o poder das polícias. Indo na contramão das demandas dos movimentos sociais, a nova Lei Orgânica referenda e dá suporte jurídico aos escárnios já cometidos pela PMs. A ideia geral do projeto, também já aprovado e sancionado com vetos superficiais, é dar mais autonomia e privilégios à polícia brasileira. Sim, dar autonomia para esta que é uma das que mais mata no mundo e que conta com exemplos emblemáticos de corrupção e en-

volvimento com crime organizado, como no caso da PMRJ.

Esses dois projetos demonstram um fato: o governo Lula, longe de estar tencionando para diminuir o poder dos militares e dos latifundiários, está fortalecendo este setor. Enquanto negocia com os ruralistas a nossa saúde e de nossas águas, Lula discursa na COP 28 palavras ao vento, defendendo um capitalismo verde e sustentável. Ao mesmo tempo em que se padece do assassinato de jovens por policiais nas periferias das grandes cidades, a letalidade das polícias em estados governados por ministros do seu governo só aumentam. Para se ter uma ideia houve, só na Bahia, um aumento de 84% da letalidade policial em relação a 2018. Na prática as ações do governo privilegiam os empresários, ao mesmo tempo que, com suas belas palavras amortece os corações da sua base política que, desatenta do mundo real, se demonstra eufórica e sedenta por belos discursos. A pergunta que não quer calar é se nos conformaremos apenas com palavras amorosas, solidárias, ou se lutaremos para uma realidade na qual haja um verdadeiro avanço das pautas da classe trabalhadora? ■

OBRAS DE EXPANSÃO RODOVIÁRIA INCREMENTAM A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NO DISTRITO FEDERAL E NO ENTORNO

Érico

A expansão urbana de Brasília desde a sua construção, em 1960, foi guiada pela abertura das rodovias radiais que ligam o Distrito Federal a capitais e cidades importantes no país. No mesmo sentido das rodovias federais, a periferia se estabeleceu por estas rotas, abrigando a população trabalhadora, pobre, expulsa das áreas nobres e centrais da cidade pelos planos racistas e discriminatórios dos governos Federal e Distrital. Essa exclusão resultou, ao decorrer dos anos, na ocupação próxima aos vetores de expansão rodoviária, como é o caso das regiões administrativas, núcleos urbanos do DF, e municípios goianos que se desenvolveram margeando as rodovias federais, próximas ou além dos limites administrativos do DF, e distante das áreas centrais.

Com a consolidação dessas áreas urbanas, e os problemas estruturais da demanda por habitação, sobretudo da classe trabalhadora, novos bairros surgem com o preceito de resolver os problemas do déficit habitacional, e para o adensamento urbano no DF. Entretanto, como se vê, os maiores esforços do governo distrital estão na dotação do território de infraestruturas rodoviárias, criando novas vias, viadutos, ou expandindo as existentes, salvaguardando os interesses de empreiteiros e grandes empresários do ramo imobiliário, além de priorizar o transporte individual. Um exemplo, é o bairro Urbitá, e os novos condomínios fechados e verticalizados em Sobradinho (DF), que através de acordos com empresários imobiliários, será erguido às margens de uma rodovia que sofreu diversas obras de expansão.

Enquanto o governador Ibaneis Rocha (MDB) lança obras rodoviaristas, como a expansão da EPIA Norte, inúmeros viadutos construídos, e negocia áreas com em-

preiteiros (a exemplo o novo Bairro do Jóquei, próximo a Cidade Estrutural), a população de moradores de rua aumentou significativamente no Distrito Federal. Outro dado que se revela com a posição elitista de Ibaneis Rocha e do GDF em todos os mandatos, é a existência de 100 mil habitações em situação de risco no DF. O bairro Santa Luzia na Cidade Estrutural é um exemplo de ódio aos trabalhadores e a população negra. Santa Luzia está às margens do que será o novo bairro do Jóquei, negociado por Ibaneis. A Cidade Estrutural se originou da necessidade dos catadores que tiravam seu sustento no Lixão da Estrutural, desativado em 2018. Com a desativação o bairro continuou esquecido e carente de infraestrutura básica, como o saneamento, e os trabalhadores, precarizados, contam ainda com auxílios do governo para tentar sobreviver.

Quilombo Mesquita ameaçado

No Entorno do DF, a expansão e qualificação das rodovias feitas no Distrito Federal demonstram a alienação de terras para a especulação imobiliária existente nos limites entre Distrito Federal e Goiás. A expansão da DF-140 que liga o distrito Jardim ABC, em Cidade Ocidental, a Brasília busca beneficiar os condomínios fechados horizontais e verticais que exploram a região, como o Condomínio Alphaville Brasília. Muito próximo dali, o território Quilombo Mesquita tem sido considerado um bloqueio ao desenvolvimento econômico da região, evidenciando os motivos dos conflitos que por anos se arrastam, e ameaçam a memória viva e tradições do povo de Mesquita. ■



Camponeses do Quilombo Mesquita resistem por sua terra e liberdade.

IRÃ EXECUTA QUATRO PRESOS POLÍTICOS CURDOS

Jiren D.



No último dia 29 de janeiro, a ditadura teocrática do Khomeini no Irã executou mais quatro presos políticos curdos na prisão de Ghezel Hesar em Karaj, província de Alborz. Os quatro indivíduos, identificados como Faramarzi, Mazloum, Azarbar e Fatehi, foram condenados à morte por uma acusação falsa de “espionagem para Israel”.

Os quatro presos políticos eram membros do Komala, um partido político reformista curdo que luta pela independência do Curdistão no Irã. Eles foram detidos pelo Ministério da Inteligência em junho de 2022 e foram mantidos em segredo durante toda a sua detenção.

No dia anterior à sua execução, as famílias dos presos foram convocadas para a prisão de Evin para uma visita familiar. No entanto, os presos foram transferidos para a prisão de Ghezel Hesar e executados na presença de autoridades judiciais e de segurança. Após serem brutalmente enforcados o Estado se negou a entregar os corpos aos familiares e camaradas.

A execução dos quatro presos políticos curdos faz parte de escalada do aumento da repressão aos curdos no Irã num contexto de aumento de tensão no Oriente Médio. Segundo o relatório do *Kurdistan Human Right*, em 2023 pelo menos 745 civis e ativistas curdos foram detidos pelas forças de segurança do Irã.

Essas execuções são um crime contra todos os oprimidos e todos que lutam por autodeterminação e liberdade. Esse crime deve ser denunciado e combatido por todos os trabalhadores e revolucionários do mundo como uma forma de fortalecer a solidariedade entre os oprimidos. Como disse Bakunin: “me sinto patriota de todas as pátrias oprimidas”, mostrando a importância da luta por autodeterminação dos povos oprimidos.

As organizações populares e revolucionárias devem furar a bolha da esquerda ocidental e divulgar e solidarizar aos recém-chamados de greve de fomes de prisioneiros curdos no Irã e também os chamados de greve gerais chamado por organizações curdas contra as execuções e a partir dessa solidariedade construir uma rede de solidariedade dos trabalhadores e revolucionários com todos os povos oprimidos, como os curdos e palestinos no Oriente Médio. ■

**Mártires não morem!
Não esquecemos e Não perdoaremos!**

UM AUTÊNTICO PROGRAMA REVOLUCIONÁRIO DEVE EMANAR DA REALIDADE CONCRETA DAS MASSAS POPULARES!

Antonio Galego

Uma atuação política eficiente deve levar em consideração a realidade da classe ou camada social que se organiza ou se pretende organizar. Essa realidade abarca principalmente as condições materiais de vida (econômicas, políticas e sociais), mas também as subjetivas e ideológicas.

Hoje, tanto a esquerda como a direita tendem a desconsiderar as massas. A esquerda elegeu a aristocracia operária e dos serviços públicos, e uma pequena-burguesia progressista metropolitana, como modelos ideais do que seria (ou deveria ser) a “classe trabalhadora”. A direita também criou uma ideia distorcida de “trabalhador” baseada nos pequenos e médios empresários, “empreendedores”. Ainda que esquerdistas e direitistas se afirmem “representantes” da classe trabalhadora ou do povo brasileiro, estão longe disso, conseguem apenas expressar (parcialmente) os interesses e simbologias dessas camadas médias da sociedade.

Por outro lado os setores revolucionários, presos a dogmatismos políticos, tendem a querer encaixar uma visão idealizada do proletariado em suas “bíblis” e seus “profetas” mais ou menos corretos. Esquecem muitas vezes que um autêntico programa revolucionário deve emanar das condições materiais de vida das massas, de suas reais necessidades e conflitos em um dado contexto histórico, social e geográfico. Essa é a forma correta de um debate programático. Como diria Bakunin:

“A sociedade, no grande sentido da palavra, o povo, a vil multidão, a massa dos trabalhadores, não só dá a força e a vida, mas também dá os elementos de todos os pensamentos modernos, e um pensamento que não sai do seu seio e que não é a expressão fiel dos seus instintos populares, segundo a minha opinião, é um pensamento que já nasceu morto.”

Portanto, as disputas programáticas não se dão no campo puro das vontades e



ideias. A revolução não será “democrática”, “nacionalista”, “socialista”, etc. (pra não falar “feminista”, “anti-especista”, “anti-capacitista”!) porque tal organização ou indivíduo assim deseja, ou porque tem um argumento ótimo e racional. A possibilidade de disputa dos acontecimentos da luta de classes, sob um ponto de vista revolucionário, está relacionada a capacidade de dar respostas às necessidades concretas das massas através de ideias e ações, não de “criar” necessidades e “mudar/manipular/educar” as massas para que estas atendam interesses alheios a elas.

Servir ao povo, e para isso é preciso conhecê-lo. Portanto, as disputas programáticas entre diferentes correntes políticas deveriam ser menos uma tentativa de convencimento do povo e recrutamento de seguidores de acordo com seus dogmas ideológicos, e mais uma tentativa de entendimento da realidade para melhor servir aos trabalhadores em sua prolongada luta de libertação.

Nas próximas edições vamos dar continuidade a esse debate. Mas vejamos rapidamente alguns dados. Segundo o IBGE cerca de 70% da classe trabalhadora recebe

até 2 salários mínimos. Já os que ganham até 1 salário mínimo são 35% da força de trabalho. A taxa de sindicalização é a menor da história (9,2%). Quase 20% dos jovens de 14 a 29 anos sequer terminaram o ensino médio, e 80% de toda população brasileira acima de 25 anos não tem curso superior. Pipocam os casos de trabalho escravo relacionados ao avanço da terceirização e da flexibilização de direitos, agravados com a reforma trabalhista de Temer (que não foi revogada por Lula, como prometido nas eleições).

Basta pensar um pouco sobre esses dados e perceber porque esquerdistas e direitistas estão em crise, sem conseguir um envolvimento da massa trabalhadora em seus projetos. Suas preocupações, agendas e programas estão dissociados da realidade vivida pelo Brasil profundo. Cabe aos revolucionários socialistas se distanciarem desses charlatões preocupados com votos, likes e riquezas, e irem ao povo, a essa massa popular, que como diria Bakunin é a única fonte de um pensamento vivo e, como disse Carlos Marighella: é o segredo da vitória. ■

CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA PALESTINA, PARTICIPE!

O jornal O Amigo do Povo iniciou no mês de fevereiro uma campanha de solidariedade ao povo palestino e contra o massacre em Gaza realizado pelo Estado de Israel.

Convidamos todos os leitores e apoiadores, militantes do movimento popular e demais interessados a ser juntar nessa campanha, colando cartazes nas ruas, locais de trabalho e estudo.

Para adquirir os cartazes basta enviar um email para o jornal: oamigodopovo@inventati.org

